CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº039/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 015/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 041/2026

CONTRATO QUE ENTRE SI FIRMAM O MUNICÍPIO DE FLORES DO PIAUÍ – PI E A EMPRESA SANTA CLARA DISTRIBUIDORA DE VEÍCULOS E PEÇAS LTDA, TENDO POR OBJETO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS ZERO KM PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE FLORES DO PIAUÍ – PI.

O MUNICÍPIO DE FLORES DO PIAUÍ – PI, pessoa jurídica de direito público interno, doravante chamado de **CONTRATANTE**, inscrito no CNPJ sob o nº 06.554.158/0001-90, com sede administrativa na Rua Castro Alves, nº 362, Centro, CEP 64.820-000, Flores do Piauí – PI, **por intermédio da Secretaria Municipal de Saúde, inscrita no CNPJ sob o nº 01.724.375/0001-67**, neste ato representada pela Secretária Municipal de Saúde, a Sr.ª Natane Gomes da Silva, portadora do CPF Nº 054.611.843-75 e a empresa **SANTA CLARA DISTRIBUIDORA DE VEÍCULOS E PEÇAS LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 00.962.616/0001-43, Inscrição Estadual nº 194339726, sediada na Avenida Bucar Neto, nº 435, Centro, Floriano – PI, CEP 64.800-002, Telefone (89) 3522-2059, E-mail: veículos@santaclarafiat.com.br, doravante designada **CONTRATADA**, neste ato representada pelo Sr. Benedito Portela Leal Neto, Diretor, portador da Carteira de Identidade nº 06915809368, expedida pela SSP/PI, e CPF nº 069.158.093-68, tendo em vista o que consta no Processo Administrativo nº 041/2026, em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto Municipal nº 02/2024, da Lei Complementar nº 123/2006 e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico nº 015/2026, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO (art. 92, I e II, da Lei nº 14.133/2021)

1.1 – O objeto do presente instrumento é a contratação de empresa para aquisição de veículos zero km para a Secretaria Municipal de Saúde do Município de Flores do Piauí – PI, conforme condições, quantidades e especificações estabelecidas no Edital e seus anexos.

1.2 – Objeto da contratação:

Item	Especificação dos Veículos	Marca	Modelo	Unid.	Quant.	V. Unit. R$	V. Total R$
1	Veículo Hatch Sub-Compacto 0 KM 1.0 Flex, Ano/Modelo 2026/2026, cor branca, 5 portas, conforme especificações técnicas do Termo de Referência e da proposta.	FIAT	Argo Drive 1.0 MT Flex	Unid.	1	93.480,00	93.480,00
2	Veículo SUV Compacto 0 KM 1.3 Flex, Ano/Modelo 2026/2026, cor branca, 5 portas, conforme especificações técnicas do Termo de Referência e da proposta.	FIAT	Pulse Drive 1.3 MT Flex	Unid.	1	102.930,00	102.930,00
3	Veículo Picape Média Diesel 2.2 0 KM, Ano/Modelo 2025/2026, cor cinza, cabine dupla, tração 4x4, conforme especificações técnicas do Termo de Referência e da proposta.	FIAT	Titano Ranch Turbo Diesel 2.2 AT	Unid.	1	261.000,00	261.000,00

Item	Especificação dos Veículos	Marca	Modelo	Unid.	Quant.	V. Unit. R$	V. Total R$
						Valor Total da Proposta em R$	457.410,00

1.3 – Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1 – O Termo de Referência;

1.3.2 – O Edital da Licitação;

1.3.3 – A Proposta do contratado;

1.3.4 – Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO FORNECIMENTO

2.1 – O fornecimento será conforme a demanda e após autorização do gestor do contrato que no caso a senhora Natane Gomes da Silva Secretária Municipal de Saúde e envio da ordem de fornecimento por este.

2.1.1 – Por se tratar de fornecimento conforme a demanda, o Contratante não está obrigado a consumir todo o saldo previsto para 12 (doze) meses de contratação, **remunerando à Contratada somente aquilo que vier a ser efetivamente fornecido.**

2.1.2 – A ordem de fornecimento será emitida pelo Fiscal de Contrato e enviada juntamente com a respectiva nota de empenho ao e-mail informado pela Contratada.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO

3.1 – O valor total da contratação é de **R$ 457.410,00 (quatrocentos e cinquenta e sete mil, quatrocentos e dez reais)**.

3.2 – No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA QUARTA – DO PAGAMENTO

4.1 – O pagamento do objeto contratado efetivamente fornecido será efetuado mediante ordem de crédito em conta corrente da CONTRATADA, indicada na sua proposta, e dar-se-á no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados após a solicitação de pagamento, devidamente instruída com os seguintes documentos:

4.1.1 – Requerimento de pagamento contendo, no mínimo, a qualificação do credor (dados básicos, data e assinatura do representante legal), o valor requerido e a competência a que se refere;

4.1.2 – Nota de Empenho (cópia);

4.1.3 – Nota Fiscal, atestada pelo Fiscal do Contrato;

4.1.4 – Comprovantes da entrega do material e/ou da prestação efetiva do serviço;

4.1.5 – Cópia do contrato e aditivos (se for o caso): caso inexista, apresentar Ordem de Fornecimento do objeto;

4.1.6 – Certidões de Regularidade Fiscal e Trabalhista;

4.1.7 – Comprovação da condição de optante do SIMPLES: apenas credores optantes;

4.1.8 – Outros documentos contratualmente exigidos: o credor deve verificar particularidades estabelecidas no instrumento contratual, como relatórios, comprovantes de cumprimento de obrigações tributárias, previdenciárias, trabalhistas ou outros.

4.2 – O prazo para pagamento somente começará a fluir a partir da data da solicitação, sendo o prazo interrompido em caso do não atendimento.

4.3 – Se a Nota Fiscal apresentar irregularidades, falhas ou omissões que comprometam a liquidação da despesa, ou a CONTRATADA não apresentar todas as condições de habilitação, o prazo supracitado será contado a partir da data em que tais impropriedades forem sanadas.

4.4 – Não serão efetuados quaisquer pagamentos à CONTRATADA enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual, certidão irregular, atraso do pagamento dos salários e recolhimento dos respectivos encargos sociais.

4.5 – É vedada expressamente a realização de cobrança de forma diversa da estipulada neste documento, sob pena de aplicação das sanções previstas neste instrumento e indenização pelos danos decorrentes.

4.6 – O desconto de qualquer valor no pagamento devido ao contratado será precedido de processo administrativo em que será garantido à empresa o contraditório e a ampla defesa, com os recursos e meios que lhes são inerentes.

4.7 – É vedado à CONTRATADA transferir a terceiros os direitos ou créditos decorrentes do contrato ou instrumento equivalente.

4.8 – Não haverá, em hipótese alguma, pagamento antecipado.

4.9 – Os casos omissos obedecerão aos ditames da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA QUINTA – DO PREÇO E DO REAJUSTE

5.1 – Os contratos regidos por esta Lei poderão ser alterados, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

5.1.1 – I – unilateralmente pela Administração;

5.1.2 – II – por acordo entre as partes.

5.2 – Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do contrato como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.3 – Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço ofertado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas no contrato, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço ofertado, mediante comprovação de fato superveniente que o impossibilite de cumprir o compromisso.

5.4 – Nas alterações unilaterais a que se refere o inciso I do caput do art. 124 da Lei nº 14.133/2021, o contratado será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato que se fizerem nas obras, nos serviços ou nas compras, e, no caso de reforma de edifício ou de equipamento, o limite para os acréscimos será de 50% (cinquenta por cento), nos termos do art. 125 da referida Lei.

CLÁUSULA SEXTA – DO PRAZO, LOCAL E HORÁRIO DE ENTREGA

6.1 – O prazo máximo para a entrega do objeto será de 30 (trinta) dias corridos, por se tratar de bens de pronta entrega, contados a partir da assinatura do contrato ou ordem de fornecimento ou instrumento equivalente.

6.2 – O prazo a que se refere esta cláusula poderá ser prorrogado por igual período, desde que devidamente justificado e aceito pela Administração.

6.3 – Os objetos/bens deverão ser entregues na sede do órgão requisitante, sendo na Prefeitura Municipal de Flores do Piauí – PI, localizada na Rua Castro Alves, 362, Centro, CEP 64.815-000, Secretaria Municipal de Saúde, localizada na Av. Getúlio Vargas, 442, Centro, CEP 64.815-000, ou onde a mesma solicitar a entrega, de segunda-feira a sexta-feira, no horário das 8h às 13h. Os custos até o local de entrega indicado serão por conta do fornecedor.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO

O objeto será recebido:

7.1 – Provisoriamente, em até 10 (dez) dias úteis a partir do recebimento do objeto, mediante documento lavrado com a assinatura do Fiscal de Contrato e do preposto da CONTRATADA, para efeito de posterior consolidação do mês.

7.2 – Definitivamente, mediante lavratura de Termo de Recebimento Definitivo, pelo Fiscal de Contrato, em até 15 (quinze) dias úteis a partir do recebimento do objeto, que consolidará a documentação lavrada durante o recebimento provisório, ocasião em que se fará constar o Ateste na Nota Fiscal.

7.3 – Os bens/objeto que forem entregues em desconformidade com o especificado neste Termo ou o indicado na proposta serão rejeitados parcial ou totalmente, conforme o caso, e a CONTRATADA será obrigada a substituí-los no prazo de até 7 (sete) dias consecutivos, contados da data do recebimento da Notificação escrita, necessariamente acompanhada do Termo de Recusa.

7.4 – O recebimento não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pela qualidade e segurança dos bens/produtos fornecidos.

CLÁUSULA OITAVA – DA VIGÊNCIA

8.1 – O contrato terá vigência de 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura, podendo ser prorrogado sucessivas vezes por igual período, respeitada a vigência máxima decenal, nos termos dos arts. 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA NONA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

9.1 – Os recursos financeiros para cobertura das despesas decorrentes das futuras contratações do objeto contratado serão custeados com recursos do Ministério da Saúde, Convênio/Ano nº 43610004/2025, Convênio/Ano nº 50410004/2026 e Orçamento Geral Municipal para o Exercício 2026, na dotação abaixo discriminada:

UNID. ORÇAMENTÁRIA	PROGRAMA DE TRABALHO	NAT. DESPESA	FONTE
02.09.00	10.301.0020.1027.0000	4.4.90.52.00	500, 601, 631, 632
02.09.00	10.301.0020.1030.0000	4.4.90.52.00	602, 621
02.09.00	10.301.0020.1031.0000	4.4.90.52.00	500, 601

CLÁUSULA DÉCIMA – DA SUBCONTRATAÇÃO

10.1 – Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA SUSTENTABILIDADE

11.1 – A contratada deverá observar, no que couber, os seguintes critérios de sustentabilidade:

11.1.1 – que os bens/produtos sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR 15448-1 e 15448-2;

11.1.2 – que os bens/produtos sejam, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento, quando for o caso;

11.1.3 – oferecer a destinação ambientalmente adequada aos recipientes reutilizáveis, sob sua responsabilidade, classificando-os como resíduos sólidos, após o término de sua vida útil, em conformidade com o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA GARANTIA DO OBJETO

12.1 – O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

12.2 – O prazo de garantia mecânica e de componentes eletrônicos dos veículos deverá ser o de fábrica, não podendo ser inferior a 12 (doze) meses, a partir da entrega definitiva ao Município de Flores do Piauí – PI, emissão da Nota Fiscal e aceite do objeto.

12.3 – A garantia do fabricante deverá obrigatoriamente incluir todas as despesas com correção ou troca de equipamento com defeitos de fabricação, incluindo mão de obra, de acordo com a especificação do fabricante, sendo que, durante o prazo de vigência da Garantia, as manutenções deverão ser realizadas na cidade mais próxima do Município de Flores do Piauí – PI, em concessionárias autorizadas do fabricante.

12.4 – Na eventual necessidade de remoção do equipamento para conserto, esta será feita por empresa devidamente reconhecida pelo fabricante do mesmo e sob autorização desta Prefeitura.

12.5 – Os bens/produtos a serem fornecidos, no que couber, deverão estar garantidos contra quaisquer defeitos de fabricação, de transporte e descarga no local de entrega, devendo o fornecedor substituir, por sua conta, os que forem considerados inadequados às especificações, recusados por defeitos ou que apresentarem avarias que comprometam o seu uso regular e adequado.

12.6 – Não haverá quaisquer acréscimos de pagamento pelo CONTRATANTE em virtude de cobertura da garantia do objeto, por parte da CONTRATADA.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

13.1 – Oferecer todas as condições e informações necessárias para que a CONTRATADA possa fornecer os bens/materiais/produtos e executar os serviços dentro das especificações exigidas no termo de referência.

13.2 – Emitir Nota de Empenho a crédito do fornecedor no valor total contratado.

13.3 – Encaminhar a Nota de Empenho para a CONTRATADA.

13.4 – Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA, proporcionando todas as condições para que a mesma possa cumprir suas obrigações, dentro dos prazos estabelecidos.

13.5 – Acompanhar e fiscalizar o objeto do contrato, por meio do fiscal de contrato, especialmente designado para tanto.

13.6 – Notificar, por escrito, à CONTRATADA na ocorrência de eventuais falhas no curso de execução do contrato, aplicando, se for o caso, as penalidades previstas neste termo de referência e na lei vigente.

13.7 – Pagar a fatura ou nota fiscal devidamente atestada, no prazo e forma previstos neste termo de referência.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

14.1 – Fornecer o objeto contratado conforme especificações, validades e preços propostos na licitação, e nas quantidades e modelos solicitados pela Administração.

14.2 – Entregar o objeto contratado estritamente no prazo estipulado, em perfeitas condições de uso, sem indícios de avarias ou violação.

14.3 – Responsabilizar-se por todo e qualquer ônus decorrente da entrega do objeto licitado, inclusive frete.

14.4 – Responsabilizar-se pela logística do objeto contratado, até as dependências da Prefeitura Municipal de Flores do Piauí, não sendo o CONTRATANTE responsável pelo fornecimento de mão de obra para viabilizar o transporte.

14.5 – Aceitar os acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento), propostos pela Administração, conforme previsto no art. 125 da Lei nº 14.133/2021.

14.6 – Responsabilizar-se por todas as despesas diretas ou indiretas dos valores devidos aos seus empregados no cumprimento das obrigações contraídas nesta licitação.

14.7 – Entregar o objeto contratado acompanhado de Documento Auxiliar da Nota Fiscal Eletrônica.

14.8 – Encaminhar cópia de Documento Auxiliar de Nota Fiscal Eletrônica e Certidões de Regularidade Fiscal e Trabalhista.

14.9 – Ressarcir os eventuais prejuízos causados à Administração e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidades cometidas na execução das obrigações assumidas.

14.10 – Indicar, por escrito, preposto ou profissional equivalente (e seu eventual substituto), fornecendo número de telefone e e-mail institucional para contato, ao qual o CONTRATANTE possa reportar-se quanto à fiel execução do contrato e cuidar para que este profissional alocado mantenha permanente contato com os responsáveis pela fiscalização e gestão do contrato.

14.11 – Manter, durante a vigência contratual, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

14.12 – Comunicar ao CONTRATANTE, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, qualquer mudança de endereço, e-mail ou telefone.

14.13 – Aceitar o prazo residual de 05 (cinco) dias úteis, a partir da ciência do interessado, para as situações cujos prazos não se encontram expressamente previstos no termo de referência.

14.14 – Garantir a execução do objeto sempre embasada nos critérios de sustentabilidade previstos neste termo de referência, quando couber.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

15.1 – As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

15.2 – Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

15.3 – É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

15.4 – A Administração Municipal deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

15.5 – Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

15.6 – É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

15.7 – O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

15.8 – O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

15.9 – O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

15.10 – Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

15.10.1 – Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

15.11 – O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD, por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

16.1 – Nos termos da Lei nº 14.133/2021, o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

I – Dar causa à inexecução parcial do contrato;

II – Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

III – Dar causa à inexecução total do contrato;

IV – Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto contratado sem motivo justificado;

V – Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

VI – Praticar ato fraudulento na execução do contrato;

VII – Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

VIII – Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

16.2 – Pela inexecução do objeto desta licitação, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

16.2.1 – advertência, por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para o CONTRATANTE;

16.2.2 – multa moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor do objeto ou item inadimplido, até o limite de 15 (quinze) dias;

16.2.3 – multa compensatória de 15% (quinze por cento) sobre o valor total do objeto ou item inadimplido, no caso de inexecução parcial do objeto, caracterizada pelo atraso injustificado de mais de 15 (quinze) dias contados a partir do prazo final de entrega inicialmente pactuado;

16.2.4 – multa compensatória de 15% (quinze por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto, caracterizada pelo atraso injustificado de mais de 30 (trinta) dias contados a partir do prazo final de entrega inicialmente pactuado;

16.2.5 – impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades do Estado do Piauí, com o consequente descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até cinco anos;

16.2.6 – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir o CONTRATANTE pelos prejuízos causados.

16.3 – A sanção de impedimento de licitar e contratar prevista nos itens anteriores também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem 16.1.

16.4 – As sanções previstas nos subitens serão aplicadas de acordo com o art. 156 da Lei nº 14.133/2021.

16.5 – O valor da multa poderá ser descontado das faturas devidas à CONTRATADA.

16.5.1 – Se os valores das faturas forem insuficientes, fica a CONTRATADA obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contados da comunicação oficial.

16.5.2 – Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela CONTRATADA à CONTRATANTE, o débito será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

16.6 – A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA.

16.7 – A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

16.8 – As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA FISCALIZAÇÃO CONTRATUAL

17.1 – O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

17.2 – A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal Juliana Dayane Pereira dos Santos, portadora do RG nº 4464692 - SSP /PI e CPF: nº. 085.882-963-06 do contrato ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

17.3 – Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção (Decreto nº 11.246/2022, art. 22, III).

17.4 – O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que se adotem as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso (Decreto nº 11.246/2022, art. 22, IV).

17.5 – O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246/2022, art. 22, VII).

17.6 – O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119).

17.7 – O fiscal do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º).

17.8 – O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120).

17.9 – Os contratos e/ou notas de empenho oriundos da contratação serão acompanhados e fiscalizados por fiscal de contrato (ou Comissão), servidor(es) lotado(s) no Município de Flores do Piauí – PI – Secretaria Municipal de Saúde, designado(s) especialmente para tal fim, o qual fiscalizará(ão) a execução do objeto, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a aquisição, observando-se o exato cumprimento de todas as cláusulas e condições contratuais, determinando quando necessário a regularização de falhas observadas, cabendo ao referido servidor (ou Comissão) o “ATESTO” das respectivas Notas Fiscais conforme a Lei 14.133/2021 e a Instrução Normativa nº 02/2026, de 12 de fevereiro de 2026 do Tribunal de Contas do Estado do Piauí/TCE- PI.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

18.1 – O contrato se extingue quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

18.2 – Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

18.3 – Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

18.4 – O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

18.4.1 – Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

18.4.2 – A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

18.4.2.1 – Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

18.5 – O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

18.5.1 – Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

18.5.2 – Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

18.5.3 – Indenizações e multas.

18.6 – A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei nº 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DOS CASOS OMISSOS

19.1 – Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DAS ALTERAÇÕES

20.1 – Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

20.2 – O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DA PUBLICAÇÃO

21.1 – Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 8º, §2º, da Lei nº 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto nº 7.724, de 2012.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DO FORO

22.1 – É eleito o Foro da Comarca de Itaueira – PI para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/2021.

E, por estarem assim justas e contratadas, firmam as partes o presente instrumento, para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

Flores do Piauí – PI, 05 de agosto de 2026.

NATANE GOMES DA SILVA:05461184375

Assinado de forma digital por NATANE GOMES DA SILVA:05461184375
Dados: 2026.08.05 13:13:22 -03'00'

MUNICÍPIO DE FLORES DO PIAUÍ – PI
Secretaria Municipal de Saúde – CNPJ nº 01.724.375/0001-67
Natane Gomes da Silva – Secretária Municipal de Saúde
CONTRATANTE

ASSINADO DIGITALMENTE
BENEDITO PORTELA LEAL NETO
A conformidade com a assinatura pode ser verificada em:
http://serpro.gov.br/assinador-digital
SERPRO

SANTA CLARA DISTRIBUIDORA DE VEÍCULOS E PEÇAS LTDA
CNPJ nº 00.962.616/0001-43
Benedito Portela Leal Neto – Diretor
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1. _____ CPF: _____

2. _____ CPF: _____